

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
Rafael de LAZARI	
PREFÁCIO	27
Ingo Wolfgang SARLET	
A VISÃO INTERDISCIPLINAR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	29
Priscila de Oliveira MARGRAF	
Alencar Frederico MARGRAF	
Meg Francieli SVISTUN	
1. Introdução	29
2. História dos Direitos Fundamentais	30
3. A teoria dos Direitos Fundamentais	34
4. As dimensões dos Direitos Fundamentais	38
5. Considerações Finais	40
6. Referências	41
DIREITOS SOCIAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS	43
Ricardo Bispo RAZABONI JUNIOR	
Teófilo Marcelo Arêa de LEÃO JÚNIOR	
1. Introdução	43
2. Os Direitos Fundamentais	44
3. Direitos Sociais como Direitos Fundamentais	49
4. Conclusão	53
5. Referências	54
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES, CENÁRIOS E CAMINHOS A PARTIR DA COMPLEXIDADE HUMANA E SOCIAL	57
Nei Alberto SALLES FILHO	
Virgínia Ostroski SALLES	
1. O contexto desta análise	57
2. Educação como integração de perspectivas	58
3. Direitos Humanos como expressão da vida	61
4. Educação em Direitos Humanos como síntese de uma educação para a vida	65
5. Cenários imediatos e futuros: EDH como Educação para a Cidadania Global (ECG)	69
6. Referências	72

A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS75

Andréis Christine de MEIRA

1. **Introdução**76
2. **Dos Direitos Humanos e a Respectiva Efetivação dos Direitos Fundamentais**77
3. **Das Garantias e dos Direitos Fundamentais Expressos na Magna Carta de 1988**79
4. **A Judicialização Política do Estado dentro do Âmbito Brasileiro** 82
5. **Considerações Finais**88
6. **Referências**89

PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL: O PROBLEMA DO JUIZ CONTAMINADO93

Aline Franco FERREIRA

Felipe Machado LAVALLE

Cleverson Paulo Sant'Ana COSTA

1. **Introdução**93
2. **Conceito De Prova**94
3. **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**95
4. **Prova Ilícita**95
5. **Teoria da árvore dos frutos envenenados**96
6. **Teoria da descoberta inevitável e teoria da fonte independente** ... 96
7. **Teoria do encontro fortuito de provas ou serendipidade**98
8. **Teoria da exclusão da ilicitude da prova**98
9. **O Problema da Contaminação**99
10. **Conclusão**102
11. **Referências**104

A PROTEÇÃO DO ESTADO DE INOCÊNCIA: UM EFEITO DA DIMENSÃO POLÍTICA DA LEGALIDADE NO ESTADO DE DIREITO 107

Paulo César BUSATO

Rodrigo CAVAGNARI

1. **Introdução**107
2. **A Dimensão Política De Legalidade Como Fonte Do Estado De Direito**109
3. **O Efeito Primordial Da Legalidade No Âmbito Do Processo Penal: O Estado De Inocência**112
4. **O Estado De Inocência Como Regra De Tratamento**118
5. **O Estado De Inocência Como Regra De Julgamento: Proof Beyond A Reasonable Doubt**119
6. **Conclusões**123
7. **Referências**124

A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA: ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO 127

Rafael de LAZARI

Ricardo Vilarício FERREIRA PINTO

1. **Linhas preliminares**127
2. **Justiça de transição no Brasil: análise da Lei de Anistia**128
3. **Justiça de transição como justiça restauradora: o “*caso*”**

- Araguaia*”130
4. **O perdão como método de reconciliação nacional**136
 5. **Referências**139

JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA 141

Alencar Frederico MARGRAF

Tiago Arantes FRANCO

1. **Introdução**141
2. **Histórico do direito da infância e adolescência**142
3. **Atos Infracionais**148
4. **Justiça Restaurativa**150
5. **Projeto Na Medida Que Eu Penso**151
6. **Considerações finais**154
7. **Referências**155

ATUALIZAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA PARA SER APLICÁVEL AOS CASOS HOMOAfetIVOS MASCULINOS 157

Brunna Dallarmi BUENO

Priscila de Oliveira MARGRAF

1. **Contexto histórico da Lei Maria da Penha**158
2. **Objetivo e Aplicação da Lei Maria da Penha**159
3. **Considerações sobre o conceito de família no ordenamento jurídico brasileiro**161
4. **Conceito de família na Lei Maria da Penha**162
5. **Aplicação da Lei Maria da Penha nos casais homoafetivos masculinos**163
6. **Princípios constitucionais que fundamentam a aplicação da Lei Maria da Penha nos casais homoafetivos masculinos**165
7. **Conclusão**167
8. **Referências**169

DESNECESSIDADE DE TRANSGENITALIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DE SEXO JURÍDICO: ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.739 171

Gabriel MARAVIESKI

Giéssi Marieli ASSIS

1. **Análise crítica sobre o Recurso Especial nº 1.626.739**171
2. **Conclusão**182
3. **Referências**183

A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL 185

Letícia de Mattos SCHRODER

Sérgio Baumguertner JÚNIOR

Thais Priscila dos SANTOS

1. **Introdução**185
2. **A paternidade socioafetiva**186
3. **Previsões Normativas e Evolução Jurisprudencial**188
4. **Reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva** ...190
5. **Considerações Finais**194
6. **Referências Bibliográficas**194

PROSTITUIÇÃO E DIREITO DO TRABALHO: POR UMA NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO 197

Carlos Henrique BOLETTI

1. **Introdução**197
2. **Prostituição**198
3. **A Prostituição e o Trabalho Digno**200
 - 3.1. O trabalho sexual 201
 - 3.2. A regulamentação da prostituição como forma de garantia dos direitos fundamentais do trabalho 204
4. **Conclusão**211
5. **Referências**213

A REFORMA TRABALHISTA, A MITIGAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A OFENSA DO PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO 215

Isaquel MAIA

1. **Introdução**215
2. **Conceito de Direitos Fundamentais**217
3. **Aspectos Da Reforma Trabalhista e a Ofensa A Direitos Fundamentais**223
 - 3.1. Primazia do negociado sobre o legislado 223
 - 3.2. A instituição do trabalho intermitente 224
 - 3.3. Fim da contribuição sindical e da presença sindical na rescisão do contrato de trabalho 226
4. **Demais pontos da reforma**226
5. **Considerações Finais**227
6. **Referências**228

TRABALHO ESCRAVO, DIREITOS HUMANOS E EXCLUSÃO SOCIAL 229

Eduardo CAMBI

Danieli A. C. Leite FAQUIM

1. **Introdução**229
2. **Aspectos históricos relevantes da escravidão brasileira** 231
3. **Trabalho escravo contemporâneo**233
4. **A construção dos direitos humanos com foco na inclusão social**239
5. **O clamor pela efetividade dos direitos humanos no tocante à marginalização social**241
6. **O trabalho em condições análogas às de escravo como grave violação dos direitos humanos**243
7. **Considerações finais**245
8. **Referências bibliográficas**245

O FRACASSO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESTAURAÇÃO DO DIREITO À AUTODEFESA 249

Guilherme DEGRAF

1. **Introdução**249
2. **Considerações Sociológicas**250
3. **Evolução Da Legislação**251
4. **Referendo Popular**255

5. **Críticas e Mudanças na Legislação**258
6. **Os Direitos Fundamentais e o Contrato Social**261
7. **Conclusão**263
8. **Referências**265

A PEC Nº 287/2016 E A MENORIZAÇÃO DAS BENEFÍCIAS CONCEDIDAS AOS PROFESSORES NA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 267

Elson Fernando SCHNR

Geisa Caroline Schnr PEREIRA

Henrique TORTATO

1. **Introdução**268
2. **Regime geral da previdência social e o professor**268
3. **Aposentadoria por tempo de contribuição do professor no regime geral da previdência social**270
4. **Projeto de Emenda Constitucional nº 287/2016 e a Aposentadoria do Professor**275
5. **Considerações Finais**278
6. **Referências Bibliográficas**279

BIOÉTICA E PESQUISA COM ANIMAIS 281

Caroline de Aguiar MADEIRA

Gardênia MASCARELO

1. **Breves Apontamentos Sobre Bioética**281
2. **Histórico Da Pesquisa Com Animais**283
3. **Legislação Brasileira**285
4. **Uso De Animais em Pesquisas**286
5. **Considerações Finais**290
6. **Referências**291

A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR DENTRO DOS DIREITOS SOCIAIS 293

Cleverson Paulo Sant'Ana COSTA

Mariana Lara STAUT

Gustavo Hess COSTA

1. **Introdução**293
2. **Os direitos sociais e fundamentais na constituição federal de 1988**294
3. **As ações não governamentais: o chamado terceiro setor**297
4. **A participação do terceiro setor dentro dos direitos sociais e fundamentais**299
5. **Considerações Finais**301
6. **Referências Bibliográficas**302

UMA BREVE ANÁLISE ACERCA DA QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO SOB A ÓTICA DO ACÓRDÃO REFERENTE AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 601.314/SP 303

Lucas de Lazari DRANSKI

Enéias SANTOS

Pedro Henrique PEDROSO

1. **Introdução**303

2. Do dever de pagar impostos	304
3. Do sigilo bancário.....	305
4. Das justificativas da decisão	306
5. Dos votos vencidos	309
6. Considerações Finais	310
7. Referências.....	312

POSSIBILIDADE DE BITRIBUTAÇÃO DO IPVA POR AUSÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR 313

Marcelo Goularte da Silva FREZZATTI

Danilo Hiromoto KOGA

David Gilberto MORENO JÚNIOR

1. Introdução.....	313
2. Taxa rodoviária única – TRU	315
3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)	315
4. Ausência de Lei Complementar	318
5. Leading Case	320
6. Considerações Finais	322
7. Referências.....	323